

## **INSTRUÇÃO NORMATIVA MPA Nº 8, DE 25 DE AGOSTO DE 2015.**

Dispõe sobre procedimentos relativos à autorização da utilização de área da União diversa da inicialmente cedida para fins de aquicultura, decorrentes de alterações das condições locais causadas por motivo de força maior que comprometam a produção aquícola.

O MINISTRO DE ESTADO DA PESCA E AQUICULTURA, no uso das suas atribuições que lhe confere o art. 87 da Constituição Federal, e de acordo com o disposto no Decreto nº 3.725 de 10 de janeiro de 2001, no Decreto nº 4.895, de 25 de novembro de 2003, no Decreto nº 6.972 de 27 de setembro de 2009, na Instrução Normativa Interministerial nº 6, de 31 de maio de 2004, na Instrução Normativa Interministerial nº 7, de 28 de abril de 2005, na Instrução Normativa Interministerial nº 1, de 10 de outubro de 2007, e o que consta nos processos nº 00350.002300/2015-48 e nº 00350.004433/2015-59, resolve:

Art. 1º Esta Instrução Normativa disciplina os procedimentos relativos à autorização da utilização de área da União diversa da inicialmente cedida para fins de aquicultura, decorrentes de alterações das condições locais causadas por motivo de força maior que comprometam a produção aquícola.

Art. 2º Nos casos em que as alterações das condições locais comprometam a produção aquícola da área cedida, o (a) Outorgado (a) Cessionário (a) deverá requerer formalmente, junto ao Outorgante Cedente, Ministério da Pesca e Aquicultura, a realocação temporária da Área Aquícola

Parágrafo único. A requisição de que trata o caput dar-se-á por meio do preenchimento de formulário padrão, na forma do modelo Anexo a esta Instrução Normativa, que deverá ser protocolizada na Superintendência Federal de Pesca e Aquicultura da Unidade da Federação da Área Cedida ou na sede do Ministério da Pesca e Aquicultura, atendendo o (a) Outorgado (a) Cessionário (a) para:

I - o correto fornecimento dos dados requeridos no formulário padrão; e  
II - a caracterização do problema que impeça ou prejudique a produção aquícola em questão (item 3.21 do formulário padrão).

Art. 3º A área pleiteada para a realocação temporária deverá manter as mesmas características, não podendo ser maior que a da Área Aquícola originalmente cedida.

Art. 4º Após o encaminhamento do Formulário de Solicitação de Áreas em Corpos D'Água de Domínio da União por Tempo Determinado, a mesma passará por análise e manifestações da Administração

Parágrafo único. Nos casos em que a Área Aquícola estiver situada fora dos limites de parques aquícolas, a solicitação após analisada será encaminhada a Marinha do Brasil -MB e a Secretaria do Patrimônio da União - SPU.

Art. 5º Caso deferida a realocação de área, será formalizado Termo Aditivo ao Contrato de Cessão de Uso originalmente celebrado, que descreverá a área a ser utilizada pelo (a) Outorgado (a) Cessionário (a), pelo tempo que perdurar o impedimento.

Art. 6º Após a celebração do Termo Aditivo, o (a) Outorgado (a) Cessionário (a) será responsável:

I - nos casos das Áreas Aquícolas onerosas, pela retribuição pecuniária total ou proporcional relacionada ao novo espaço referente à realocação temporária e aos demais encargos previstos na legislação vigente;

II - nos casos das Áreas Aquícolas situadas fora dos limites dos Parques Aquícolas, pelas licenças ambientais e as licenças subsequentes, quando necessárias, devendo comunicar ao órgão ambiental a cessão de Área Aquícola diversa da inicialmente cedida, que não altera as características do projeto original, responsabilizando-se por quaisquer complementações de informações requeridas; e

III - pelas despesas decorrentes da realocação.

§ 1º O retorno à Área Aquícola originalmente cedida deverá ocorrer mediante comunicação e autorização do Ministério da Pesca e Aquicultura.

§ 2º Fica proibida a utilização da Área Aquícola primária durante a vigência do Termo Aditivo.

§ 3º O (a) Outorgado (a) Cessionário (a) terá o prazo de 90 (noventa) dias para concluir as operações de transferência entre Áreas Aquícolas.

Art. 7º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

HELDER BARBALHO

## ANEXO

MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

Secretaria de Planejamento e Ordenamento da Aquicultura

Departamento de Planejamento e Ordenamento da Aquicultura em Águas da União

Sistema de Informações das Autorizações de Uso das Águas de Domínio da União para Fins de Aquicultura

FORMULÁRIO DE SOLICITAÇÃO DE REALIZAÇÃO TEMPORÁRIA EM ÁREA EM CORPO D'AGUA DE DOMÍNIO DA

**UNIÃO**

(Nome do interessado/Razão social) CPF/CNPJ \_\_\_\_\_

vam requerer à Secretaria do Patrimônio da União o Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão - SPU/MOP, por intermédio do Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA, a autorização temporária de uso de espaço físico em corpos d'água de domínio da União, por tempo determinado, conforme disposto na Portaria SPU nº 404, de 28 de dezembro de 2012, no Decreto Nº 4.823, de 25 de novembro de 2003, e na Instrução Normativa Interministerial No 06/2004, de acordo com as especificações constantes em seus anexos e relacionadas nos itens abaixo.

Dados do Empreendimento			
( ) Parque Aquícola X Areal Aquícola X Área de Preferência	X Projeto de Pesquisa X Unidade Demonstrativa		
Nº do protocolo MPA:			
Nº do Contrato de Cessão:	Data de Assinatura do Contrato:		
Nº Licença Ambiental:	Data de Vencimento Licença: //		
Nº da Resolução da Outorga:	Data de Vencimento da Outorga: //		
I Dados cadastrais			
I.1 Nome ou Razão Social:	II.2 CPF/CNPJ:		
I.2 Endereço (nome do logradouro seguido do número):	II.3 Site de instituição (URL):		
I.4 Distrito/Bairro:	II.5 Caixa postal:		
I.6 CEP:	II.7 Município:	II.8 UF:	
I.9 Telefone:	II.10 Celular:	II.11 FAX:	
I.12 E-mail eletrônico (E-mail):	II.13 Site de instituição (URL):		
I.14 Nome do representante legal da instituição (ou representante com delegação de competência):	II.16 Cargo:		
I.15 E-mail do representante da instituição:	II.18 N° da identidade		
I.17 CPF:	II.19 Órgão emissor / UF:		
II Dados cadastrais do responsável técnico do projeto			
III.1 Nome completo:	III.2 CPF:		
III.2 Endereço residencial (logradouro / número):	III.4 Bairro:		
III.3 Caixa postal:	III.6 CEP:	III.7 Município:	III.8 UF:
III.9 Telefone:	III.10 Telefone celular:	III.11 Fax:	
III.12 E-mail eletrônico (E-mail):	III.14 N° Registro no Cadastro Técnico Federal / IBAMA:		
III.13 Registro Profissional:	III.16 Órgão emissor UF:		
III.15 N° da identidade:	III.17 Tipo de vínculo do Responsável Técnico com a instituição: <input type="checkbox"/> Funcionário <input type="checkbox"/> Consultor <input checked="" type="checkbox"/> Colaborador		
IV Localização do Projeto			
IV.1 Nome do Local:	IV.2 Município:	IV.3 UF:	
IV.2 Nome do Corpo Hídrico:	IV.5 Administrador do Corpo Hídrico:		
IV.6 Tipo: X Rio      X Reservatório / Açude      X Lago / Lagoa Natural      X Estuário      X Mar	Informações da área realocada (temporária)		
IV.4 Área da Poligonal: m²	IV.15 Profundidade média do local:		
Coordenadas dos vértices do perímetro externo da área solicitada			
IV.16 Coordenadas geográficas (graus sexagesimais)	IV.17 Coordenadas UTM		
Nº Vértice	Longitude	Latitude	Nº Vértice
E	N		
IV.18 Datum Horizontal: ( <input type="radio"/> ) SAD-69 ( <input type="radio"/> ) SIRGAS ( <input type="radio"/> ) WGS-84	IV.19 Datum Horizontal: ( <input type="radio"/> ) SAD-69 ( <input type="radio"/> ) SIRGAS		
IV.20 Meridiano Central:			
IV.21 Caracterização da alteração ambiental (Justificativa):			

Declaro que as informações prestadas são a expressão da verdade e que o desenvolvimento das atividades relacionadas neste requerimento realizar-se-á conforme os dados transcritos no projeto em anexo, sujeitando-me às penas da Lei.

\_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.  
Assinatura do requerente ou represen-

Assinatura do responsável técnico